ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 952

TAXA DE JUROS E POLÍTICAS DE APOIO INTERNO À AGRICULTURA

José Garcia Gasques
Humberto Francisco Silva Spolador

Brasília, abril de 2003

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 952

TAXA DE JUROS E POLÍTICAS DE APOIO INTERNO À AGRICULTURA

José Garcia Gasques*
Humberto Francisco Silva Spolador**

Brasília, abril de 2003

* Técnico da Diretoria de Estudos Setoriais do Ipea. E-mail: gasques@ipea.gov.br.
** Doutorando do Departamento de Economia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba. E-mail: hfsspola@carpa.ciagri.usp.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Guido Mantega
Secretário-Executivo – Nelson Machado

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Glauco Antonio Truzzi Arbix

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

Diretor de Estudos Macroeconômicos
Ricardo Varsano

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos
Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Administração e Finanças
Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Estudos Setoriais
Mário Sérgio Salerno

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento
Maurício Otávio Mendonça Jorge

Diretor de Estudos Sociais
Anna Maria T. Medeiros Peliano

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do (s) autor (es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO **7**

2 AGRICULTURA E POLÍTICA MACROECONÔMICA **7**

3 PRODUTIVIDADE E RELAÇÃO DE TROCAS DA AGRICULTURA **14**

4 AS POLÍTICAS DE APOIO INTERNO À AGRICULTURA **17**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **25**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **27**

SINOPSE

Neste trabalho procurou-se discutir os principais efeitos das políticas macroeconômicas, como as políticas monetária e cambial, sobre a agricultura brasileira, vinculando a análise aos possíveis efeitos de políticas setoriais como as políticas de preços e financiamento rural. O trabalho mostrou que a estabilização econômica teve efeitos positivos sobre a agricultura, entre os quais estão a redução da taxa de juros e a maior disponibilidade de recursos, possibilitada pela ampliação do volume de depósitos à vista no sistema bancário.

ABSTRACT

The paper discuss the impacts of macroeconomic policies as monetary policy and exchange policy on agricultural, linking this analysis to effects of sectoral policies as minimum prices and rural financing. The study showed that economic stabilization in Brazil have had positive effects on agricultural, as the increase of financial resources, that was possible by the increase of money cash deposites in the banking system.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento da agricultura e seu desempenho na Balança Comercial têm sido pontos marcantes nas discussões recentes sobre a economia brasileira. Vários estudos mostram que os aumentos de produtividade foram o principal condicionante do crescimento da agricultura nos últimos anos. Isso vem se dando pela melhoria da qualidade dos fatores que concorrem para a produção agrícola, o que se reflete no aumento da produtividade total dos fatores. As comparações intersetoriais também não deixam dúvidas sobre a vantagem que a agricultura tem apresentado em relação ao crescimento da indústria e dos serviços.

O presente trabalho tem por objetivo discutir o contexto macroeconômico e de políticas setoriais no qual vêm se apresentando as mudanças na agricultura que têm impulsionado o crescimento desta. Nesse sentido, discutem-se os principais efeitos de políticas macroeconômicas, como taxa de juros e política cambial. Procura-se mostrar por meio de evidências empíricas como essas políticas podem ter afetado a agricultura. A outra preocupação do trabalho é vincular a essa análise de desempenho os possíveis efeitos de políticas setoriais, como as políticas de preços e o financiamento rural.

2 AGRICULTURA E POLÍTICA MACROECONÔMICA

A literatura considera que o ambiente macroeconômico é condição essencial para o desenvolvimento da agricultura, por meio de seus efeitos sobre o sistema de crédito e outras partes relacionadas ao funcionamento dos mercados e das instituições (Yaron, Benjamín e Piprek, 1999).

Nesta seção discute-se como a política macroeconômica tem afetado o desenvolvimento da agricultura nos últimos anos. Meyer (2002) observa que o avanço em criar maior estabilidade macroeconômica e políticas consistentes tem ocorrido em vários países da América Latina, e que as altas taxas de inflação, que antes eram típicas na região, estão agora menores e mais estáveis.

2.1 EFEITOS DA ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA

A relação entre agricultura e política macroeconômica é um tema que, embora não tenha sido muito tratado na literatura de política agrícola, sem dúvida é da maior importância para a análise da agricultura brasileira. Os trabalhos de Schuh (1974), Barros (1992), Helfand e Rezende (2001) são referências para uma melhor compreensão dessas relações. Homem de Melo (s.d.), ao analisar a abertura comercial e o papel dos aumentos da produtividade na agricultura brasileira, mostra que a política macroeconômica juntamente com a abertura comercial tiveram vários efeitos sobre a agropecuária brasileira, entre os quais se destacam os seguintes:

- redução dos preços reais recebidos, principalmente no caso de produtos animais;
- crescimento da produção animal e modesto aumento do agregado da produção vegetal; e
- crescimento da produtividade da terra e da produtividade total dos fatores de produção.

A estabilização da economia brasileira produziu novas relações em termos de contratos e alterou as decisões de investimento dos setores público e privado. Além disso, provocou acentuadas alterações na forma de conduzir a política agrícola, especialmente no que se refere aos juros, ao financiamento e ao abastecimento.

Os dados sobre o comportamento da inflação brasileira apresentam-se como indicadores dos resultados da estabilidade macroeconômica.

TABELA 1
Inflação

Meses	IGP-DI	Variação mensal	Variação acumulada em 12 meses
Abr./00	179,36	0,13	12,37
Mai./00	180,56	0,67	13,39
Jun./00	182,24	0,93	13,30
Jul./00	186,35	2,26	13,96
Ago./00	189,75	1,82	14,33
Set./00	191,05	0,69	13,55
Out./00	191,76	0,37	12,04
Nov./00	192,51	0,39	9,89
Dez./00	193,97	0,76	9,42
Jan./01	194,92	0,49	8,88
Fev./01	195,58	0,34	9,03
Mar./01	197,15	0,80	9,65
Abr./01	199,37	1,13	10,65
Mai./01	200,25	0,44	10,41
Jun./01	203,17	1,46	10,94
Jul./01	206,45	1,62	10,30
Ago./01	208,32	0,90	9,38
Set./01	209,11	0,38	9,38
Out./01	212,14	1,45	9,08
Nov./01	213,76	0,76	10,53
Dez./01	214,14	0,18	9,95
Jan./02	214,54	0,19	9,64
Fev./02	214,93	0,18	9,49
Mar./02	215,17	0,11	8,80
Abr./02	216,67	0,70	8,37
Mai./02	219,07	1,11	9,03
Jun./02	222,87	1,74	9,31
Jul./02	227,44	2,05	9,75
Ago./02	232,82	2,36	11,21

Fonte: FGV.

O Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (disponibilidade interna) mensal e acumulado em doze meses (ver tabela 1) revela que, entre abril de 2000 e agosto de 2002, a inflação mensal foi baixa, atingindo 0,11% e 0,13% como os menores valores da série. As maiores taxas acumuladas em doze meses ocorreram durante o ano de 2000 e têm se reduzido ao longo do período representado. Entretanto, os últimos três meses da série apresentada mostram tendência de aumento persistente do IGP-DI em 2002 e isto se deve especialmente a incertezas em

relação ao cenário internacional e à economia interna, que elevaram substancialmente a taxa de câmbio, tendo reflexos na inflação doméstica.

Essa tendência de redução da inflação brasileira nos últimos anos teve impactos sobre a agricultura por meio dos efeitos na taxa de juros e nos contratos em virtude da retirada da maior parte dos indexadores que, no período de pré-estabilização, estavam vinculados aos contratos de financiamento agrícola.

2.2 TAXA DE JUROS COMO ENTRAVE MACROECONÔMICO

Segundo o relatório de 1989 do Banco Mundial, a década de 1980 foi, depois da época da grande depressão, o período em que as taxas de juros estiveram mais altas em âmbito mundial. A principal causa do aumento dos juros teria sido, segundo esse relatório, a contenção monetária, que derrubou a inflação e elevou as taxas de juros nominais de vários países. A segunda justificativa seria a diminuição da poupança mundial no período, que se reduziu em dois pontos e estacionou na ordem de 11% em 1987, ocasionada em grande parte pelo aumento do déficit fiscal dos Estados Unidos e da redução da poupança privada de outros países.

Após a bem-sucedida experiência neozeolandeza de adoção do sistema de metas inflacionárias, há uma tendência dos governos, atualmente, em optar por promover o crescimento econômico via política monetária mais frouxa com uma política fiscal mais austera, atrelando a expansão monetária às metas de inflação futuras. A característica desse regime monetário é o anúncio oficial dos limites de flutuação para um horizonte de curto e médio prazos, sendo a taxa de juros uma variável relevante para o governo manter a economia nos limites predeterminados de inflação.

Sachs e Larrain (1995) mostram que as crises internacionais dos anos 1970 não favoreceram a diminuição das taxas de juros, o que implicou maiores dificuldades em termos de crescimento econômico para os países em desenvolvimento. Tal diminuição reduziria os custos de novos investimentos, restringiria a relação dívida/exportação e permitiria a diminuição de transferências líquidas de riqueza interna para o exterior.

No que concerne aos mercados financeiros rurais, Meyer (2002) observa que os *spreads* das taxas de juros, como medida de eficiência, são altos em muitos países latino-americanos e não houve tendência de redução na década de 1990 mesmo com a liberalização. Essas taxas permanecem altas e são mais que o dobro das taxas vigentes nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (*Idem, ibidem,* p. 6).

Apesar de a taxa de juros no Brasil ser superior às taxas internacionais, tem havido nítida redução da taxa Selic, que é a taxa referencial de remuneração dos títulos públicos na economia brasileira. Nota-se na tabela 2 que essa taxa atingia valores anuais superiores a 60% em 1994. A partir de 2000, seus valores situaram-se, até outubro de 2002, em uma posição bem inferior àquela observada até dezembro de 1995. Em outubro de 2002, a taxa anual apresentada foi de 19,59%, mas em novembro, período em que estávamos escrevendo este trabalho, a taxa Selic foi fixada em 22% no dia 21, pois havia uma expectativa de elevação da inflação nos meses seguintes.

TABELA 2

Taxa de juros da economia brasileira – Selic

Mês	Taxa	Mês	Taxa	Mês	Taxa	Mês	Taxa
Ago./94	63,30	Nov./96	23,90	Fev./99	38,97	Mai./01	16,43
Set./94	57,10	Dez./96	23,90	Mar./99	43,25	Jun./01	17,28
Out./94	53,30	Jan./97	22,88	Abr./99	36,12	Jul./01	18,57
Nov./94	61,40	Fev./97	22,02	Mai./99	27,11	Ago./01	19,00
Dez./94	56,40	Mar./97	21,58	Jun./99	22,01	Set./01	19,06
Jan./95	48,90	Abr./97	21,84	Jul./99	20,74	Out./01	19,06
Fev./95	46,80	Mai./97	20,76	Ago./99	19,51	Nov./01	19,05
Mar./95	65,00	Jun./97	21,08	Set./99	19,38	Dez./01	19,05
Abr./95	64,90	Jul./97	21,04	Out./99	18,91	Jan./02	19,05
Mai./95	64,70	Ago./97	20,78	Nov./99	18,95	Fev./02	18,97
Jun./95	60,80	Set./97	20,84	Dez./99	18,99	Mar./02	18,72
Jul./95	60,50	Out./97	22,02	Jan./00	18,94	Abr./02	18,38
Ago./95	57,20	Nov./97	49,30	Fev./00	18,87	Mai./02	18,37
Set./95	48,10	Dez./97	42,04	Mar./00	18,85	Jun./02	18,13
Out./95	44,10	Jan./98	37,19	Abr./00	18,62	Jul./02	18,17
Nov./95	40,50	Fev./98	34,32	Mai./00	18,51	Ago./02	17,84
Dez./95	38,90	Mar./98	28,32	Jun./00	18,04	Set./02	17,89
Jan./96	35,70	Abr./98	25,16	Jul./00	16,85	Out./02	19,59
Fev./96	32,20	Mai./98	22,60	Ago./00	16,52		
Mar./96	30,20	Jun./98	21,02	Set./00	16,56		
Abr./96	27,80	Jul./98	20,33	Out./00	16,60		
Mai./96	27,00	Ago./98	19,23	Nov./00	16,51		
Jun./96	26,50	Set./98	34,29	Dez./00	16,19		
Jul./96	25,80	Out./98	41,58	Jan./01	15,49		
Ago./96	26,30	Nov./98	38,73	Fev./01	15,20		
Set./96	25,40	Dez./98	31,24	Mar./01	15,39		
Out./96	24,70	Jan./99	31,19	Abr./01	16,02		

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen).

2.3 MEIOS DE PAGAMENTO E EFEITOS NO CRÉDITO RURAL

Outra variável macroeconômica que tem efeitos diretos sobre a agricultura são os montantes de meios de pagamento (M_1). Observando-se o componente "depósitos à vista", vê-se que essa variável tem apresentado nítida tendência de aumento. Em valores nominais, passou de R$ 43.782 milhões em setembro de 2001 para R$ 56.531 milhões em setembro de 2002, com um acréscimo de 16,10% (ver tabela 3).

Como uma das principais fontes de recursos do crédito rural, os recursos obrigatórios (exigibilidades) têm origem nos depósitos à vista. O crescimento desses depósitos tem implicação direta no aumento da oferta de recursos para a agricultura. Tendo em vista que o percentual de exigibilidades representa uma aplicação obrigatória pelo sistema bancário de, no mínimo, 25% dos depósitos à vista, o aumento dessa conta reverte-se em benefício de maior quantidade de recursos financeiros para a agricultura.

TABELA 3

Meios de pagamento (M_1)

Período		Fim do período	Depósitos à vista	Total
		Papel-moeda emitido		
1996	Dez.	15.317	14.491	29.807
1997	Dez.	18.079	29.284	47.363
1998	Dez.	21.185	29.522	50.707
1999	Dez.	25.951	36.794	62.744
2000	Dez.	28.641	45.712	74.352
2001	Jan.	23.686	42.863	66.549
	Fev.	23.430	44.880	68.310
	Mar.	23.305	42.728	66.033
	Abr.	23.020	42.792	65.812
	Mai.	23.097	42.365	65.462
	Jun.	24.002	42.394	66.396
	Jul.	23.628	43.700	67.329
	Ago.	24.158	43.414	67.572
	Set.	24.704	43.782	68.486
	Out.	24.223	43.301	67.524
	Nov.	25.877	44.366	70.243
	Dez.	32.628	51.079	83.707
2002	Jan.	27.285	47.387	74.672
	Fev.	26.783	47.156	73.939
	Mar.	27.235	45.981	73.216
	Abr	26.056	48.705	74.761
	Mai.	27.044	46.743	73.787
	Jun.	28.372	51.302	79.675
	Jul.	29.000	53.806	82.806
	Ago.	30.350	53.789	84.139
	Set.	31.534	56.531	88.065

Fonte: Bacen, 2003.

Nota: Programação da base monetária para o 3º trimestre de 2002: R$ 69,2 bilhões (limite superior elevado conforme autorização do CMN em 19/9/2002).

Programação monetária do M_1 para o 3º trimestre de 2002: R$102 bilhões (limite superior elevado conforme autorização do CMN em 19/9/2002).

2.4 A AGRICULTURA BRASILEIRA PÓS-DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL DE 1999

Com a implementação do Plano Real em julho de 1994, a economia brasileira, além da estabilidade monetária, passou a conviver com déficits constantes do balanço de pagamentos em conta corrente em conseqüência da sobrevalorização da taxa de câmbio. Em razão da fragilidade das contas do setor externo e de crises dos mercados internacionais (México em 1994, Rússia em 1997 e Argentina em 2001), houve uma pressão muito grande sobre a taxa de juros interna, pois até meados de janeiro de 1999 o governo insistia na manutenção do regime de câmbio fixo.

A partir de 15 de janeiro de 1999, adotou-se o sistema de taxa de câmbio flutuante com interferências pontuais do Banco Central. Essa alteração do regime cambial implicou uma desvalorização real da taxa de câmbio de 15,66% (entre 12/1998 e 12/1999). No período de janeiro de 2000 a agosto de 2002, a taxa de

câmbio efetiva real sofreu uma desvalorização de 14,36% (Ipeadata). Esse comportamento da política cambial tem tido impactos sobre a agricultura no que se refere aos seus indicadores de desempenho, como produção de grãos, vendas externas e relação de trocas. A agricultura, que tinha na taxa de câmbio uma variável negativa para seu desempenho, respondeu positivamente à mudança do regime cambial.

A produção de grãos teve um desempenho bastante satisfatório nos últimos anos, o que pode ser visto na tabela 4. A quantidade produzida passou de 75,51 milhões de toneladas na safra 1997-1998 para 98,59 milhões de toneladas na safra 2001-2002, o que representa um aumento de 30,56%. Entretanto, Homem de Melo (2001) ressalta que esse crescimento da produção de grãos acompanhou apenas o aumento da demanda, muito diferente da produção pecuária, que teve crescimento superior ao da demanda.

TABELA 4
Produção brasileira de grãos, 1998 a 2002
(Em toneladas)

Lavouras (em Kg)	1998	1999	2000	2001	2002
Algodão herbáceo (em caroço)	1.176.577	1.412.649	2.002.466	2.640.122	2.166.945
Amendoim (em casca) 1ª safra	153.662	139.438	150.315	169.811	161.848
Arroz (em casca)	7.743.665	11.782.662	11.089.788	10.195.420	10.489.395
Feijão (em grão) 1ª safra	985.207	1.514.060	1.710.001	1.203.079	1.624.813
Mamona (baga)	14.148	31.058	100.732	80.834	79.538
Milho (em grão) 1ª safra	23.594.185	25.982.915	28.020.503	35.100.398	29.250.627
Soja (em grão)	31.374.067	30.901.142	32.734.958	37.683.083	41.902.999
Subtotal 1	**65.041.511**	**71.763.924**	**75.808.763**	**87.072.747**	**85.676.165**
Algodão arbóreo (em caroço)	1.179	1.271	7.885	2.762	5.374
Amendoim (em casca) 2ª safra	36.742	33.809	34.172	27.913	30.278
Aveia (em grão)	196.806	287.761	192.979	332.590	372.117
Centeio (em grão)	7.996	8.171	6.791	7.987	7.294
Cevada (em grão)	302.040	315.064	275.068	286.889	300.259
Feijão (em grão) 2ª safra	912.109	1.027.671	1.090.908	914.962	1.084.600
Feijão (em grão) 3ª safra	302.618	275.173	237.329	318.315	307.869
Milho (em grão) 2ª safra	5.899.692	6.054.709	3.858.889	6.338.768	6.357.586
Sorgo granífero (em grão)	585.474	573.688	779.608	904.813	814.690
Trigo (em grão)	2.231.634	2.438.197	1.661.526	3.260.834	3.636.494
Subtotal 2	**10.476.290**	**11.015.514**	**8.145.155**	**12.395.833**	**12.916.561**
Total (1+2)	**75.517.801**	**82.779.438**	**83.953.918**	**99.468.580**	**98.592.726**

Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).

O crescimento da produção das lavouras, acompanhado por situações favoráveis dos preços internos e da taxa de câmbio, trouxe aumento da renda interna da agricultura. Tomando-se os anos 2000 e 2002, percebe-se que o acréscimo real do valor da produção de lavoura foi de R$ 5,6 bilhões, visto que a maior parte do aumento se deu entre 2002 e 2001 (Ipea, 2002).

A agregação das quantidades dos principais produtos das lavouras por meio do índice de *Laspeyres* ilustra adicionalmente o comportamento desse setor da agricultura nos últimos anos (ver tabela 5). O índice de *quantum* apresentou taxas de crescimento elevadas nos anos recentes, e no período de 1989 a 2002 a taxa foi de 27,25%. O diagrama 1 representa a evolução do índice de *Laspeyres* no período de 1989 a 2002.

TABELA 5

Evolução do produto de lavouras

(Índice de Laspeyres)

Ano	Índice de prod. base 1989	Variação anual
1989	100,00	-
1990	92,04	-7,96
1991	92,29	0,28
1992	97,75	5,91
1993	96,25	-1,54
1994	105,08	9,17
1995	105,87	0,75
1996	98,07	-7,37
1997	104,96	7,03
1998	107,98	2,88
1999	114,80	6,32
2000	118,08	2,85
2001	120,95	2,43
2002	127,25	5,21

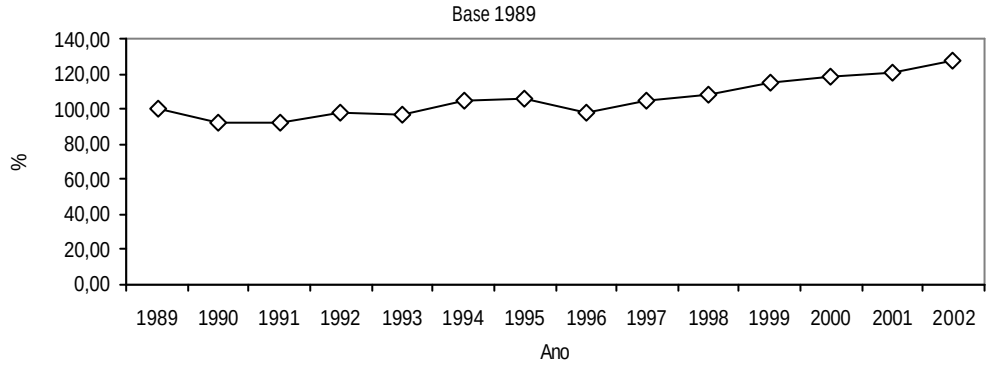
Fonte dos dados brutos: FGV e IBGE.

Lavouras: algodão herbáceo; algodão arbóreo; amendoim; arroz; banana; batata inglesa; cacau; café; cana-de-açucar; cebola; feijão; fumo; laranja; mamona; mandioca; milho; pimenta do reino; soja; tomate; trigo; e uva.

Nota: Os preços utilizados são do Censo Agropecuário 1995-1996.

DIAGRAMA 1

Evolução do índice de Laspeyres no período de 1989 a 2002



Fazendo-se a decomposição do produto real da agricultura, são obtidas evidências adicionais importantes sobre os condicionantes do crescimento do setor agrícola nos últimos anos. Essa decomposição do produto real foi feita da seguinte forma: variação do produto por área, $\Delta(P/A)/P/A$; variação da relação área/homem, $\Delta(A/N)/A/N$; e variação da quantidade de mão-de-obra rural, $\Delta N/N$. Essas relações podem ser agrupadas como:

$$\frac{\Delta P}{P} = \frac{\Delta(P/A)}{P/A} + \frac{\Delta(A/N)}{A/N} + \frac{\Delta N}{N};$$

em que a variação do produto depende do crescimento da produtividade agrícola, da variação da área em relação ao pessoal ocupado e da variação do emprego rural. A ta-

bela 6 apresenta os resultados da decomposição do produto real da agricultura em dois períodos: 1990-2001 e 1999-2001.

Como se percebe, no período de 1999 a 2001, a taxa anual de crescimento do produto foi superior à taxa estimada para o período de 1990 a 2001. Enquanto no primeiro período o principal condicionante do crescimento da produção agrícola foi a produtividade da terra, no segundo período esta perdeu importância para a relação área/homem, que pode ser interpretada como um corolário da mecanização.

TABELA 6

Decomposição do produto real da agricultura, 1990-2001[1]

Especificação	Períodos	
	1990-2001	1999-2001
Taxa anual de crescimento do produto $\Delta P / P$	2,42	2,62
Aumento da produção por área $\Delta(P/A)/P/A$	2,77	1,56
Aumento da relação área/homem $\Delta(A/N)/A/N$	0,68	6,64
Aumento da mão-de-obra rural $\Delta N / N$	-1,02	-5,58

Fonte dos dados brutos: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Agradecemos ao Mauro Del Grossi por ter nos fornecido parte da série dos dados sobre mão-de-obra rural.

Nota: [1] O produto real foi calculado com base nos preços do censo agropecuário de 1995-1996. As lavouras consideradas no cálculo foram: algodão arbóreo (em caroço) (ton.); algodão herbáceo (em caroço) (ton.); amendoim (em casca) (ton.); arroz (em casca) (ton.); banana (mil cachos); batata-inglesa (ton.); cacau (em amêndoa) (ton.); café (em coco) (ton.); cana-de-açúcar (ton.); cebola (ton.); feijão (em grão) (ton.); fumo (em folha) (ton.); laranja (mil frutos); mamona (baga) (ton.); mandioca (ton.); milho (em grão) (ton.); pimenta-do-reino (ton.); soja (em grão) (ton.); tomate (ton.); trigo (em grão) (ton.).

A taxa anual obtida nos últimos três anos para essa variável, da ordem de 6,64%, coloca-a como o principal fator responsável pelo crescimento do produto real nos três últimos anos. Percebe-se que esse resultado supera o encontrado para o crescimento da produtividade agrícola, de 1,56% ao ano no período de 1999 a 2001. Se esse padrão de crescimento baseado no aumento da relação área/homem se mantiver, ter-se-á a quebra de um caminho de crescimento que vinha se mantendo com base no aumento da produtividade agrícola (Gasques & Villa Verde, 1990). Esse processo de crescimento recente tem sido acompanhado de taxas elevadas de crescimento da produtividade do trabalho na agricultura: 3,45% ao ano entre 1990 e 2001, e de 5,76% ao ano entre 1997 e 2001 (Gasques & Bastos, 2003).

3 PRODUTIVIDADE E RELAÇÃO DE TROCAS DA AGRICULTURA

A agricultura brasileira vem passando por um processo acentuado de transformações que pode ser percebido por meio de indicadores como o Índice de Produtividade Total dos Fatores (PTF), o Índice de Mudança Estrutural e o Índice de Especialização (Gasques & Conceição, 2001b). Juntamente com as mudanças ocorridas na produção, o aumento do produto vem se dando quase exclusivamente pelos ganhos de produtividade total dos fatores.

Olhando essas transformações por intermédio do comportamento dos setores, nota-se que tem havido queda da participação do produto agropecuário no produto total ao longo dos anos. Em 1980, o PIB agropecuário representava 10,90% do produto interno bruto do país, enquanto em 2000 esta participação caiu para 7,75%.

Nesse mesmo ano, as participações do setor serviços e indústria representaram 58,8% e 37,16%, respectivamente (ver tabela 7).

A Produtividade Total dos Fatores (PTF) na agropecuária brasileira cresceu a uma taxa média anual de 2,33% no período de 1970 a 1995 (ver tabela 8). Essa taxa é superior à obtida em outros países, como Estados Unidos, Austrália, Inglaterra e outros. Entretanto, na comparação de produtividade entre países, tomando-se o indicador Produto Doméstico Bruto (GDP – Gross Domestic Product) por pessoa ocupada na agricultura, o Brasil ocupa a 40ª posição no *ranking* de 46 países desenvolvidos e em desenvolvimento (Lane, 1999).

TABELA 7

Brasil: participação do PIB setorial e PIB, 1980-2000

(Em %)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Comércio	Produto Interno Bruto (PIB)
1980	10,90	44,10	52,70	11,70	110,60
1981	11,20	44,30	55,20	11,40	111,70
1982	9,70	45,80	55,60	11,00	111,70
1983	12,50	44,30	57,10	10,60	112,20
1984	13,80	46,20	53,50	10,00	110,90
1985	12,60	48,00	52,90	9,70	110,50
1986	12,10	47,20	48,70	9,10	113,00
1987	10,80	47,50	57,60	8,40	111,60
1988	11,40	46,80	58,60	8,70	111,50
1989	9,80	46,30	70,40	8,50	110,60
1990	11,60	41,90	60,60	8,10	117,50
1991	7,79	36,16	68,93	9,78	113,84
1992	7,72	38,70	77,50	9,24	113,38
1993	7,56	41,61	81,82	9,27	111,56
1994	9,85	40,00	64,25	9,46	112,94
1995	9,01	36,67	60,72	8,93	113,01
1996	8,32	34,70	62,31	7,79	112,08
1997	7,96	35,21	61,92	7,60	111,57
1998	8,28	34,58	62,26	7,19	111,41
1999	8,26	35,47	61,07	7,68	112,16
2000	7,75	37,16	58,88	7,46	112,37

Fonte: FGV.

TABELA 8

Taxas anuais de crescimento da produtividade total dos fatores na agricultura, produtividade da mão-de-obra e produtividade da terra – Brasil

Períodos	Produtividade Total dos Fatores (PTF)	Produtividade da Terra	Produtividade do Trabalho
1970-1980	2,00	4,95	5,37
1985-1995	2,27	1,61	1,91
1970-1995	2,33	3,39	3,35

Fonte: Gasques & Conceição (2001b).

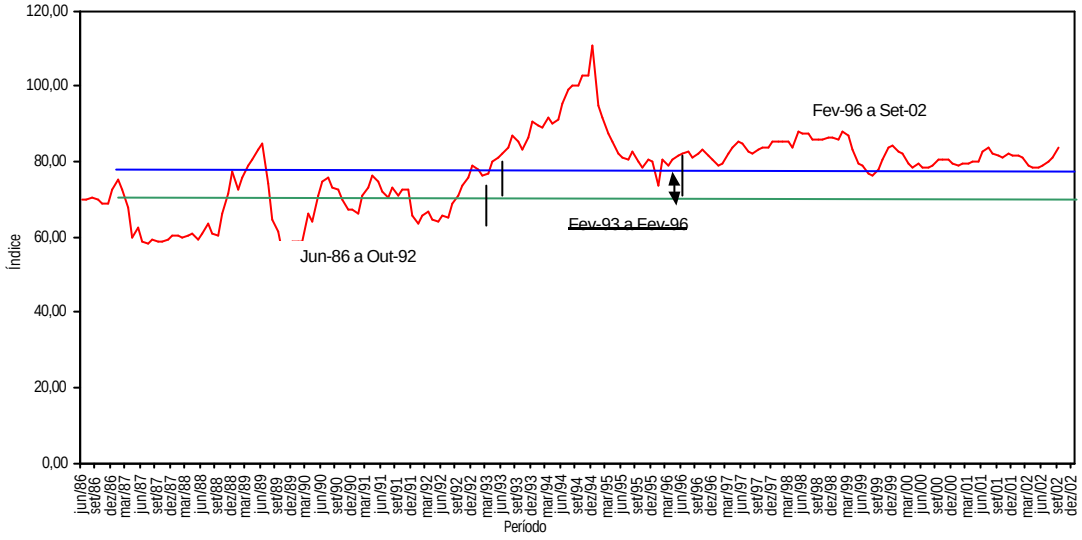
Bacha e Bonelli (2001) mostram que em meio século a taxa média anual da produtividade (PIB por pessoa ocupada) da agropecuária cresceu à taxa de 4,12%, superior à média de quase todos os demais setores. Percebe-se, ainda, que esse crescimento foi superior à média da economia, de 2,91% no período de 1950-1999. O aumento da produtividade não foi um fato exclusivo da agropecuária. Também na indústria de transformação houve, nos últimos anos, aumento desse indicador, em que o índice de produtividade passou de 100, em 1992, para 164,4, em 2001 (Bacen, 2003).

Os ganhos de produtividade observados e os montantes de recursos mobilizados pelo setor financeiro refletem uma situação de sensível melhoria da rentabilidade da agricultura nos últimos anos (Gasques, 2001). Homem de Melo (2001, p. 27) também observou que um dos efeitos do aumento da produtividade da agricultura foi permitir que se passasse de uma relação de trocas desfavorável para um índice de rentabilidade mais favorável.

A relação de trocas, expressa pela relação entre o índice agregado de preços recebidos pelos produtores e o índice agregado de preços pagos pelos insumos adquiridos, pode expressar relativamente bem o comportamento do setor em relação ao resultado econômico de suas operações. O diagrama 2 mostra a relação de trocas da agricultura brasileira num período de quinze anos (junho de 1986 a agosto de 2001).

DIAGRAMA 2

Relação de trocas - Brasil, 1986-2002



Fonte: FGV.

O diagrama 2 indica que a partir de fevereiro de 1993 a relação de trocas da agricultura passou a se situar num patamar superior àquele observado desde junho de 1986. No entanto, a tendência de melhoria da relação de trocas manifesta-se aproximadamente no fim de 1989. Nos últimos cinco anos, essa relação mantém uma certa estabilidade (abril de 1996 a setembro de 2002), porém, como foi observado, numa posição acima da observada na maior parte do período anterior.

Desagregando a relação de trocas em lavouras e pecuária, constatou-se que a situação das lavouras tem sido, em relação aos principais insumos adquiridos, melhor que a da pecuária. Os preços recebidos de lavouras estão em uma condição vantajosa em relação a todos os insumos considerados no cálculo do índice de preços pagos, como sementes, agrotóxicos, combustíveis, fertilizantes, serviços e mão-de-obra. Por outro lado, a relação de trocas dos produtos animais mostra até mesmo uma tendência de queda nos últimos anos.

O comportamento favorável da relação de trocas de lavouras juntamente com uma taxa de câmbio atrativa vêm indicando a possibilidade de aumento da produção nacional de grãos no próximo ano. Os primeiros levantamentos de previsão de safra realizados pelo Ministério da Agricultura mostram que a safra de grãos de 2002-2003 poderá situar-se acima de 100 milhões de toneladas. Além dessa boa previsão, a agricultura contabilizou no ano de 2002 uma posição excepcional do comércio exterior, com saldo comercial de US$ 20,35 bilhões, enquanto o obtido em 2001 foi de US$ 19 bilhões (Ministério da Agricultura, 2003).

4 AS POLÍTICAS DE APOIO INTERNO À AGRICULTURA

4.1 A POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM) E SEUS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS

Esta seção procura analisar as principais mudanças na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e em seus instrumentos. Como essa política foi criada há muitos anos (Decreto-Lei nº 5.212) e tem passado por várias reformulações – no ano de 1965 (Decreto nº 57.391, de 12/12/1965), em 1966 (Decreto-Lei nº 79, de 19/12/1966), e nos anos 1990 – procurar-se-á aqui, sem exaustão, indicar as principais mudanças ocorridas. Esse assunto está bem sistematizado no trabalho de Coelho (2001), que faz um bom retrospecto da evolução da PGPM até os dias atuais. Há outros trabalhos que foram de grande importância para o aprofundamento do papel da PGPM. Uma análise de mais de trinta anos dessa política, abrangendo desde seus primeiros anos até o fim da década de 1970, está contida na excelente coletânea organizada por Lopes (1978). Mais tarde, o trabalho de Delgado (1989) foi também de grande importância para discussão desse tema.

A política de preços mínimos, como se sabe, é uma política de suporte de preços, e foi criada para reduzir os riscos de variações de preços na agricultura e também como instrumento de garantia de renda. Do ponto de vista macroeconômico, sua importância estabelece-se nos efeitos que os preços agrícolas têm na determinação do IGP. Durante os períodos de inflação elevada que ocorreram na economia brasileira, o preço dos alimentos sempre foi um ponto crítico.

A PGPM passou por um grande período sem muitas alterações, tendo como seus instrumentos clássicos os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e as Aquisições do Governo Federal (AGF). Esse período durou cerca de vinte anos e se estendeu até 1985. O EGF consiste no financiamento à estocagem, que permite ao produtor aguardar uma melhor época para a venda da produção, evitando, assim, o excesso de oferta na época da colheita, o que induziria quedas de preços. A vantagem dos EGF em relação às AGF é que o agricultor não vende a produção, apenas a vincula como penhor do empréstimo que recebe. Por sua vez, as AGF consistem na venda pura e simples da produção ao governo, com o objetivo de garantir o preço mínimo do produto e manter o nível de renda dos produtores. As AGF ainda têm como característica a garantia do governo de um preço mínimo quando os preços de mercado estão abaixo dele.

Durante anos, os EGFs funcionaram essencialmente como instrumento de crédito rural, embora voltado para o período de comercialização. Nesse sentido, o EGF era oferecido em duas formas: Sem Opção de Venda ao Governo (SOV) e Com Opção de Venda ao Governo (COV). Comparando-se os volumes de produtos mobilizados pelo EGF e pela AGF, o primeiro mobilizou ao longo do tempo volumes de produtos muito superiores às AGF.

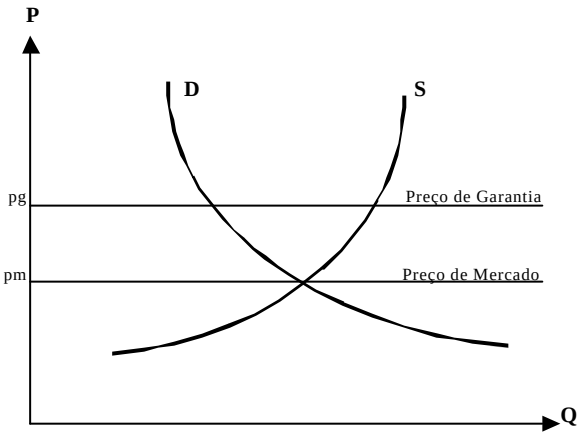
É reconhecido por alguns autores, entre os quais Coelho (2001), que esses mecanismos tiveram grande importância na expansão da fronteira agrícola, especialmente as AGF. Atribui-se aos EGF importância na formação e na expansão da agroindústria. No caso da expansão da fronteira, as AGF representavam um subsídio do governo ao custo de transporte, já que uma agência oficial – a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) – transportava os produtos adquiridos na fronteira para os centros consumidores do país. Milho e arroz, nas regiões de Goiás e de Mato Grosso, beneficiaram-se muito dessa política. Outro papel que a PGPM teve no desenvolvimento dessas novas regiões foi ter atuado como mecanismo de compensação pela escassez ou pela redução dos recursos do Crédito Rural. Esse fato foi marcante a partir de 1985. A Política de Preço Nacional Equalizado atuou complementando a ação da PGPM na fronteira, e a política de preço nacional equalizado para os combustíveis, a qual, sem dúvida, foi essencial para a expansão das áreas mais longínquas.

A partir dos anos 1990, com a abertura comercial, a PGPM passou a sofrer alterações, sendo que a principal delas se deu nos métodos para estabelecimento dos preços mínimos. Antes, sua determinação obedecia aos parâmetros de economia fechada, na qual o custeio da produção por meio de seu valor básico era um dos indicadores principais. A abertura comercial passou a introduzir outros parâmetros nesse processo, pois a experiência mostrara que num regime de economia aberta vários instrumentos não funcionavam bem (Delgado, 1995). Outra mudança foi a transferência da tarefa de importação de produtos agrícolas para a iniciativa privada, o que antes era atividade exclusiva do governo.

Do mesmo modo, houve necessidade de adequação de vários aspectos dos EGF e da AGF, tendo em vista não somente a abertura comercial, mas também a necessidade de controle dos gastos públicos, que eram elevados no que diz respeito a aquisições de produtos, empréstimos e carregamento de estoques. Em 1992 (Lei nº 8.427, de 27/5/1992) foi criado o Prêmio de Liquidação de Estoques, representante de um subsídio aos mutuários que fizessem a liquidação dos seus empréstimos, ou mesmo evitassem as freqüentes prorrogações. Esse mecanismo permitiu, a partir de 1995, uma redução substancial dos estoques públicos (Coelho, 2001). Logo depois, em 1996, foi extinta a opção de vendas de produtos ao governo como modalidade dos EGF. A partir desse ano, mas já tendo iniciado em 1995, decidiu-se efetuar uma grande reformulação nos instrumentos de apoio à comercialização. Três pontos orientaram a concepção desses novos mecanismos: *i)* necessidade de controle do gasto público; *ii)* maior engajamento do setor privado na comercialização, especialmente na tarefa de carregar os estoques; e *iii)* adequação dos novos instrumentos ao modelo de economia aberta e competitiva. A utilização dos EGF e das AGF passou a ser feita apenas em casos especiais.

Apesar de já haver algumas variações, os instrumentos que foram criados nos últimos cinco anos foram o Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP) e o Sistema de Opções. O PEP pode ser conceituado como uma subvenção econômica concedida pelo governo federal, por meio de leilão público, que objetiva promover a participação da iniciativa privada na comercialização e no escoamento de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que assegura o recebimento do preço mínimo pelos produtores rurais. A escolha do produto e do momento de implementar os leilões depende das condições de comercialização de cada produto e da necessidade de garantir o preço de referência (ver gráfico 1). Para receber o bônus, o comprador deve depositar o valor equivalente ao preço de referência no Banco do Brasil, que o repassará ao produtor que vendeu seu produto. No contrato entre o governo e o comprador, há uma cláusula que determina em que local o produto deve ser entregue.

GRÁFICO 1
Prêmio para Escoamento de Produto



Quando o Preço do produto estiver baixo em relação ao preço de garantia do governo, e a autoridade não está interessada em formar estoque do produto, o Tesouro dispõe-se a pagar a diferença entre PG e PM a quem adquirir o produto do agricultor pagando o preço mínimo. Este subsídio é chamado *"prêmio"* ou *"bonus"* e é determinado em leilão.

Outro instrumento, o Contrato de Opção de Venda é um instrumento que dá ao produtor o direito, não a obrigação, de venda de sua produção para o governo. Assemelha-se a um seguro (seguro de preços) e serve para proteger o produtor dos riscos de oscilações negativas dos preços do seu produto. O valor pago pelo produtor para obter esse direito é denominado Prêmio, o qual ingressa no Tesouro Nacional como receita corrente do programa (MF/STN, 1999).

Ambos os mecanismos, PEP e Sistema de Opções, têm algumas variações que estão discutidas com detalhe por Coelho (2001). Há algumas estimativas de custos desses instrumentos para o governo ao serem comparados com instrumentos tradicionais, AGF e EGF (Villa Verde, 2001 e MF/STN, 1999). Os cálculos realizados mostram que os novos mecanismos de comercialização apresentam sensível economia de recursos públicos em relação aos tradicionais.

A tabela 9 sistematiza os velhos e os novos instrumentos. Percebe-se que enquanto o EGF não tem sido utilizado nos dois últimos anos, a AGF continua sendo um

importante instrumento da PGPM. Impressiona, também, a aceitação do PEP como instrumento regulador dos mercados. Note-se que, em 2001, esse instrumento foi responsável por 39,87% da comercialização realizada.

TABELA 9
Abrangência dos instrumentos de comercialização
(Em toneladas)

Anos	Aquisição do Governo Federal (AGF)	Empréstimo do Governo Federal (EGF)	Prêmio para Escoamento do Produto (PEP)	Contrato de Opções de Venda	Total
1995	2.843.899	3.145.151	—	—	5.989.050
1996	1.039.212	773.630	1.067.000	—	2.879.842
1997	4.893.660	1.667.766	1.642.000	247.077	8.450.503
1998	1.485.759	486.577	1.514.000	—	3.486.336
1999	629.361	688.550	336.000	476.537	2.130.448
2000	727.670	N.D.	242.000	819.506	1.789.176
2001[1]	1.740.768	N.D.	1.307.000	230.870	3.278.638

Fonte: Coelho (2001).
Nota: [1]Previsão.

Esse modelo de comercialização, apesar de ter se mostrado favorável quanto à economia de custos em relação ao modelo tradicional, ainda merece que se faça uma avaliação no que diz respeito à questão da segurança alimentar e dos volumes de estoques estratégicos em situações anormais, como safras excepcionais. Do mesmo modo, o modelo tem de ser avaliado em situações de escassez de produtos essenciais, como o caso do milho no ano de 2002, em que a ausência de estoques governamentais impossibilitou a utilização desses mecanismos para regular a oferta e conter a acentuada elevação de preços, tendo reflexos negativos sobre o abastecimento e a inflação.

4.2 O FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA

Gasques & Conceição (2001a) mostram que a média de aplicações nos últimos anos da década de 1990 representava menos de 30% do que se aplicava no auge do sistema de crédito rural, durante os anos 1970. Esses resultados devem-se à constatação de que os mecanismos tradicionais de financiamento, fortemente apoiados nos recursos do Tesouro, estavam esgotados, além de haver a necessidade de se controlar os gastos do setor público e a incapacidade do governo em desenhar um modelo alternativo.

Nas fontes de recursos, concentraram-se as principais mudanças no crédito rural. Em 1985, os desembolsos do Tesouro juntamente com os Recursos Obrigatórios representavam 96% do crédito rural, ao passo que no fim de 1999 esse valor não ultrapassava 0,02%. Por outro lado, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) juntamente com a Poupança Rural e os Recursos Obrigatórios se tornaram responsáveis, em fins de 1999, por 79% do financiamento. A atuação do governo, nessa nova realidade, passou a ser de agente regulador e estimulador.

Não são poucos, nos dias de hoje, os entraves para a formulação de uma nova e eficiente política de crédito. Além da saída do governo como principal fomentador de recursos e das elevadas dívidas de produtores de médio e grande portes, as altas taxas de

juros praticadas no mercado financeiro brasileiro limitam, em muito, a implementação de outros mecanismos de financiamento menos dependentes da intervenção oficial.

Gasques & Conceição (2001a) atribuem as novas formas de atuação do governo à política fiscal, ao esforço de modernização do Estado e ao controle dos gastos públicos. Em face da necessidade de novas fontes alternativas de financiamento, o governo, agora como agente regulador e estimulador, passou a apoiar a criação de fontes de recursos (a Cédula do Produto Rural – CPR, por exemplo), abandonando a forma de atuação do período anterior, ou seja, a função de principal gerador de recursos de crédito rural. Outros mecanismos alternativos de captação de crédito para a agricultura com algumas experiências no Brasil são: o sistema de microcrédito e o crédito cooperativo.

A CPR tem se mostrado um instrumento muito atrativo para a captação de recursos, uma vez que pode beneficiar qualquer produto agropecuário *in natura*, beneficiado ou industrializado (Gonzalez, 1999). No entanto, Shouchana (2000) adverte para dois problemas em relação à CPR com liquidação financeira: o elevado custo de aval, uma vez que o risco da agricultura é alto; e as taxas de juros praticadas na economia brasileira, visto que esta variável depende da política macroeconômica executada no país.

Outro ponto relevante que limita as operações com mercados futuros no Brasil é, segundo vários analistas do mercado, a falta de tomadores de riscos. Por isso deve ser destacado o fato de o governo brasileiro ter autorizado os não residentes a operar com o mercado de opções de produtos agrícolas da BM&F (Schouchana, 2000). A possibilidade de comprar uma opção de venda permite ao produtor rural se proteger contra uma baixa no preço do produto.

Gasques & Conceição (2001a) definem microcrédito como sendo "a provisão de um conjunto de serviços financeiros tais como depósitos, empréstimos, serviços de pagamento e transferência de dinheiro para a população mais pobre que não tem acesso aos bancos comerciais tradicionais". As instituições que prestam serviços de microcrédito são: bancos rurais, cooperativas e organizações não-governamentais.

No Brasil são poucas as experiências com microcrédito. Esses autores ainda relatam a experiência do Prorenda, que vem sendo desenvolvido nas comunidades rurais da Zona da Mata e do Agreste do Estado de Pernambuco. Nesse sistema, o crédito é concedido por intermédio de um fundo rotativo, e os reembolsos dos créditos concedidos são acumulados e reutilizados para outros créditos sucessivos. De qualquer forma, embora tenha resultados satisfatórios nas regiões onde é utilizado, o microcrédito parece mais adequado às regiões rurais menos desenvolvidas e à agricultura familiar, sendo impossível adotar este sistema como forma de financiamento para a agricultura denominada comercial, ou seja, de produção em maior escala, voltada para os mercados interno e externo.

O Banco Central publicou um documento sobre o microcrédito em que são apresentadas experiências brasileiras. Ressalta-se que o Brasil foi um dos primeiros países a experimentar o microcrédito para o setor informal urbano. As experiências relatadas são de instituições governamentais e não-governamentais, e os resultados obtidos, no que se refere à criação de fundos e aos mecanismos de garantia, têm semelhanças com experiências que vêm sendo executadas na agricultura. Desse modo, o aperfeiçoamento e a ampliação do microcrédito poderão ser de grande importância para o financiamento de atividades rurais atualmente fora da cobertura do sistema de crédito.

Em 1988, com o objetivo de incentivar novas fontes não inflacionárias de financiamento, a Constituição criou os Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e Fneco), que seriam gerados por meio da alíquota de 3% da arrecadação do IPI e do IR.

O BNDES, em 1991, a fim de elevar a oferta de crédito rural formal, aumentou de forma significativa sua carteira de aplicações agropecuárias por meio da Finame-Rural, do Programa de Operações Conjuntas (POC) e de Programas de Operações Diretas do próprio banco. Os recursos advindos do Finame são destinados ao financiamento de máquinas e equipamentos, sendo aplicados por intermédio de agentes financeiros como Banco do Brasil, Bradesco, Banco do Nordeste, Banrisul e BRDE.

A partir de 1994, houve um endividamento crescente por parte dos produtores rurais. O vigoroso aumento da dívida dos agricultores se deveu, em grande parte, ao freqüente descompasso entre correção de preços mínimos e correção da dívida. Santiago (2000) diz que, a partir do Plano Collor I, a defasagem na correção dos preços mínimos pelo IPC foi de 41,28%, enquanto a dívida dos agricultores foi corrigida pelo mesmo indicador em torno de 84,23%.

O Programa de Securitização[1] foi implementado em 1996 para os agricultores com dívida de até R$ 200 mil, tendo prazo de sete anos e juros de 3% ao ano mais a variação do preço mínimo de um produto amparado pela política de preços mínimos. Também nesse ano teve início o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), destinado aos agricultores que se utilizam basicamente de mão-de-obra familiar, sendo o custeio individual limitado a R$ 5 mil; investimento, R$ 15 mil; e investimentos coletivos, R$ 75 mil. Isso representou uma importante reorientação na distribuição dos recursos de crédito.

Os grandes agricultores, cujas dívidas excediam os limites do Programa de Securitização, foram socorridos por intermédio do Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) – Lei nº 9.866/1999. Nesse programa, o agricultor adquire títulos juntamente com o Tesouro Nacional (resgatáveis após vinte anos) no valor correspondente a 10,37% do valor da dívida com os bancos comerciais. Para os contratos anteriores, de R$ 500 mil, os juros nominais são de 8% ao ano sobre o principal, sendo o valor atualizado anualmente pelo IGP-M (Clímaco, 2002).

Juntamente com as variáveis anteriormente analisadas, que têm tido efeitos favoráveis sobre o crescimento da agricultura nos anos recentes, o crédito rural, apesar dos problemas ainda existentes, tem se mostrado um fator indutor do crescimento da produção agrícola. Os dados do Banco Central mostram estar havendo aumento da liquidez para a agricultura propiciada pela elevação do volume de recursos. Em valores constantes, o período de 1997 a 2001 apresentou um acréscimo de 87,7% no volume de créditos de custeio, investimento e comercialização concedidos à agricultura em relação ao período de 1990 a 1997. Enquanto a média de recursos aplicados por ano neste período foi de R$ 8 bilhões, no período de 1996 a 2001, foi de R$ 15 bilhões. Essa mudança de posição da curva de financiamento, além de ampliar a liquidez do sistema, possibilitou melhores condições psicológicas na agricultura, as quais se reverteram em maior utilização

1. O processo de securitização é a transformação de receitas futuras em títulos que, por sua vez, são vendidos ao mercado de capitais. No caso da agricultura, o Tesouro Nacional se compromete a emitir títulos para garantir os contratos firmados entre agricultores e bancos (Lima, 1999).

de recursos próprios e recursos de fontes informais, que se tem mostrado de enorme importância no financiamento da agricultura (Talamini, s.d.).

A tabela 10 ilustra a evolução das várias fontes de financiamento nos três anos. Vários pontos merecem ser destacados:

– Primeiro, o relativo esgotamento do FAT como fonte de financiamento, cuja participação cai de 10,2%, no primeiro período, para 6,6%, em 2002. Mas essa participação em outros anos atingiu percentuais entre 15,86%, em 1988, e 22%, em 1996.

– Outro ponto percebido pelos dados dessa tabela é a redução da fonte Recursos Livres, que, como se sabe, são aqueles cuja taxa de juros é equivalente à taxa de mercado. Sem dúvida, esse comportamento reflete o efeito direto da elevação dos juros expressos pela taxa Selic, anteriormente analisada.

– O terceiro ponto é o aumento expressivo do percentual de participação da fonte Poupança Rural, que passou de 15,2%, em 1999, para 19,1%, em 2002. Essa fonte juntamente com Recursos Obrigatórios (exigibilidades) e BNDES/Finame constituem praticamente a sustentação dos recursos do Sistema Nacional do Crédito Rural atualmente, pois representaram 75,4% dos financiamentos concedidos e registrados pelo Banco Central em 2002.

– Outro aspecto que se destaca nessas informações é o crescente aumento das aplicações do Banco do Brasil no Crédito Rural, cujo montante passou de R$ 5,85 bilhões, na safra 7-1999 a 6-2000, para R$ 9,06 bilhões, na safra 7-2001 a 6-2002, havendo, portanto, um aumento real de 54,87%. Informações obtidas dos técnicos do Banco do Brasil mostram que quando se analisa os dados por finalidade, custeio, comercialização e investimento, o que está impulsionando os valores aplicados é o crédito de investimento. A previsão de desembolso desse crédito representa 25,26% dos desembolsos previstos para 2002-2003; e na safra 1999-2000 esse percentual foi de 11,86%.

As informações da tabela 10, entretanto, segundo Faveret Filho (2002, p. 40), não incluem vários mecanismos novos de financiamento que não têm registro obrigatório no Banco Central, pois não estão submetidos à Lei do Crédito Rural. Um desses mecanismos é a Cédula do Produto Rural (CPR), a qual é um título que pode ser emitido por produtores rurais, por suas associações ou cooperativas e representa uma obrigação de entrega de uma quantidade determinada de produto especificado em data estabelecida. Segundo informações fornecidas pelo Banco do Brasil, o volume de recursos mobilizados pela CPR atingiu cerca de R$ 800 milhões em 2002. Outro mecanismo mencionado por Faveret Filho (*idem*) refere-se ao crédito informal, definido por uma relação contratual entre agricultores e empresas de insumos ou compradoras de produtos. As estimativas de montante de recursos dessa fonte, segundo Faveret, são de mais de R$ 4 bilhões por safra. Talamini (s.d.) mostra que no Rio Grande do Sul essa fonte tem sido de grande importância no financiamento rural.

Apesar do aumento da quantidade de recursos para a agricultura por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, o financiamento continua de acesso restrito, o que é um forte limitante do desenvolvimento da agricultura no que se refere ao aumento da produção e às possibilidades de investimento. Segundo Faveret *(idem)*, as

pequenas propriedades seguem com problemas de acesso ao crédito; uma proporção restrita de agricultores tem obtido crédito de investimento. Estudo da CNA realizado pela FGV, ao analisar uma amostra de 1.987 estabelecimentos, constatou que 38% havia realizado operações de custeio e 5% tomou empréstimos de investimento *(Idem, ibidem*, p. 41). O trabalho de Villa Verde (2001) também mostrou evidências das dificuldades de acesso ao crédito rural.

TABELA 10

Operações de custeio, investimento e comercialização

Fontes		Período		
		7-1999 – 6-2000	7-2000 – 6-2001	7-2001 – 6-2002
Recursos do Tesouro				
	BB	6.195	179.855	302.808
	Demais	1.541	54.169	44.214
	Todos	7.736	234.024	347.022
Recursos Obrigatórios	BB	1.250.414	2.059.325	3.186.322
	Demais	4.954.185	6.818.653	6.988.182
	Todos	6.204.599	8.877.978	10.174.504
Poupança Rural	BB	2.049.646	1.877.008	2.339.963
	Demais	35.107	19.067	14.865
	Todos	2.084.753	1.896.075	2.354.828
Recursos Livres	BB	10.927	5.735	2.389
	Demais	658.292	892.767	929.408
	Todos	669.219	898.502	931.797
Fundos Const.	BB	160.683	309.524	836.936
	Demais	706.408	757.304	365.625
	Todos	867.091	1.066.828	1.202.561
Fundo de Amp. Trab.	BB	1.823.234	1.724.196	1.853.745
	Demais	265.418	115.596	52.744
	Todos	2.088.652	1.839.792	1.906.489
Fundo Ext. Merc.	BB	0	2	0
	Demais	0	0	0
	Todos	0	2	0
Fundos de Commod.	BB	0	0	0
	Demais	7.212	10.901	15.306
	Todos	7.212	10.901	15.306
BNDES/Finame	BB	255.643	436.310	769.169
	Demais	419.769	554.203	546.524
	Todos	675.412	990.513	315.693
Incra/Procera	BB	25.294	151.110	249.723
	Demais	1.090	8.461	6.794
	Todos	26.384	159.571	256.517
Gov. Estadual	BB	0	0	0
	Demais	14.040	12.780	25.772
	Todos	14.040	12.780	25.772
DER	BB	0	0	0
	Demais	1.440	0	0
	Todos	1.440	0	0
Funcafé	BB	550.758	362.180	95.104
	Demais	0	0	43.343
	Todos	550.758	362.180	138.447
Ext. 63 Rural	BB	0	0	0
	Demais	104.148	143.029	25.779
	Todos	104.148	143.029	25.779
Total	**BB**	**6.132.794**	**7.105.245**	**9.636.159**
	Demais	**7.168.650**	**9.386.930**	**9.058.556**
	Todos	**13.301.444**	**16.492.175**	**18.694.715**

Fonte: Bacen; Defin/Recor.

No âmbito macroeconômico, as taxas de juros praticadas no Brasil, em valores reais, são muito altas; situação esta que se iniciou nos anos 1980 e permaneceu nos anos 1990. A justificativa para o aumento de juros na década de 1980 foi a contenção monetária para o controle da inflação e para a diminuição da poupança mundial, que se reduziu em virtude do déficit fiscal dos Estados Unidos e da diminuição da poupança privada de outros países. Já nos anos 1990, com a implementação do Plano Real, o controle inflacionário ficou extremamente dependente das âncoras monetárias e cambial, ou seja, de elevadas taxas de juros no mercado financeiro e valorização da taxa de câmbio em relação ao dólar.

Com um cenário macroeconômico tão desfavorável, a renda agrícola brasileira teve um desempenho muito fraco na década de 1990. Além disso, observou-se, a partir de 1994, um elevado crescimento da dívida dos produtores rurais. Outro entrave macroeconômico são as altas taxas de juros, incompatíveis com as praticadas nos mercados financeiros internacionais, que acabam por inibir os investimentos diretos na economia, aumentam os custos dos empréstimos, reduzem a capacidade de pagamento dos agricultores e reduzem o volume de recursos oriundos do setor privado para a agricultura (Spolador, 2001). Portanto, tornou-se mais difícil para a agricultura brasileira obter financiamento formal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho mostrou que a estabilização econômica teve efeitos positivos sobre a agricultura, entre os quais, a redução da taxa de juros e a maior disponibilidade de recursos, possibilitada pela ampliação do volume de depósitos à vista no sistema bancário. Outra relação que se mostrou favorável foi entre os desempenhos físico e monetário da agricultura e a política cambial adotada a partir de 1999. No período de janeiro de 2000 a agosto de 2002, a taxa de câmbio efetiva real sofreu uma desvalorização de 14,30%, o que tem induzido o aumento da produção doméstica e os saldos crescentes na Balança Comercial; em 2001, o saldo da Balança Comercial da Agricultura foi de US$ 19 bilhões e em 2002, o saldo foi de US$ 20,35 bilhões.

As políticas de apoio interno foram apresentadas do ponto de vista de suas mudanças, em que o traço principal da Política de Preços Mínimos foi uma redução da importância relativa dos antigos instrumentos como as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Empréstimos do Governo Federal (EGF). O primeiro ainda tem apresentado importância expressiva na comercialização. Em 2001, representou 53,1% do volume físico de produtos mobilizados na política de abastecimento. Essa participação de um instrumento mais tradicional como a AGF foi superior àquela apresentada nesse ano pelos instrumentos criados a partir de 1995, como o Prêmio para Escoamento do Produto (PEP) e o Contrato de Opções. Juntos, estes dois representaram, em 2001, 46,91% do volume físico de produtos mobilizados pela Política de Preços Mínimos.

Apesar de esses novos instrumentos terem representado economia de gastos públicos para executar a política de abastecimento, ainda é necessário que sejam feitas avaliações de sua eficácia quanto à questão da segurança alimentar e dos volumes de estoques estratégicos em situações de escassez de produtos essenciais.

Finalmente, o trabalho mostrou que se vem alterando a curva de recursos do crédito rural, de modo que podem ser observados aumentos reais de recursos para a agricultura. Enquanto a média de recursos aplicados por ano, no período de 1990 a 1997, foi de R$ 8 bilhões, no período de 1996 a 2001, foi de R$ 15 bilhões. Mas apesar desse aumento da quantidade de recursos para a agricultura por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, o financiamento continua de acesso restrito e sendo um forte limitante do desenvolvimento da agricultura no que se refere ao aumento da produção e às possibilidades de investimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, P. F. C. **Crédito rural em período recente e perspectivas para 1999-2000**. São Paulo: M. B. Associados, 1999 (Não publicado).

ARAÚJO, P. F. C. de. Crédito rural e endividamento em período recente. **Preços agrícolas**, v. 14, n. 161, março de 2000, p. 3-6.

BACHA, E. L., BONELLI, R. **Crescimento e produtividade no Brasil**: o que nos diz o registro de longo prazo. Rio de Janeiro: Ipea, Dimac, 2 de maio de 2001 (Seminários Dimac/Ipea; 52).

BANCO CENTRAL DO BRASIL (Bacen). **Boletim do Banco Central do Brasil.** Disponível em: www.bcb.gov.br. Acessado em: abril de 2003.

BANCO MUNDIAL. **Rural finance strategy**. Washington, 1999.

BARROS, G. S. C. Effects of international shocks and domestic macroeconomic policies upon Brazilian agriculture. **Agricultural Economics**, n. 7, 1992, p. 317-329.

CLÍMACO, C. **Agronegócios:** diagnósticos e tendências – Livro 2: o segmento fornecedor agrícola. Mimeo, 2002 (Série BM&F).

COELHO, C. N. **70 anos de política agrícola no Brasil**. Brasília, 2001.

DELGADO, G. C. **Estoques governamentais de alimentos e preços públicos**: relatório de avaliação do sistema**.** Brasília: Ipea, 1995 (Texto para Discussão n. 395).

_____. **Política de preços mínimos**: uma avaliação do sistema de garantia de preços da CFP; versão preliminar. Brasília: Ipea. Iplan, 1989 (Textos de Políticas Sociais, Ipea/Iplan).

FAVERET FILHO, P. **Evolução do crédito rural e tributação sobre alimentos na década de 1990**: implicações sobre as cadeias de aves, suínos e leite. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 16, setembro de 2002, p. 31-56.

GASQUES, J. G. Agricultura e políticas de apoio interno. In: **Seminário FAO.** Santiago do Chile, 11 a 13 de dezembro de 2001, Mimeo (Texto para Discussão).

GASQUES, J. G ; BASTOS, E. T. Crescimento da agricultura. **Boletim de Conjuntura.** n. 60, Ipea, março de 2003.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. Fatores que afetam a oferta de recursos do crédito rural. **Preços Agrícolas**, v. 14, n. 161, março de 2000, p. 7-8.

_____. Financiamento da agricultura: experiências e propostas. *In*: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO J. C. (orgs.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2001a.

_____. Transformações estruturais da agricultura e a produtividade total dos fatores. *In*: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. (org.) **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2001b.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C.; RODRIGUES, R. I. Mudanças no crédito. **Revista de Agronegócios**, v. 21, n. 1, janeiro de 2001, p. 48-49.

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta**. Brasília: Ipea, 1990 (Texto para Discussão n. 204).

_____. Novas fontes de recursos, propostas e experiências de financiamento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 34, n. 3-4, 1996, p. 39-80.

GONZALEZ, B. C. R. **Os ambientes contratual e operacional da cédula de produto rural (CPR) e interações com os mercados futuros e de opções**. Piracicaba: USP, 1999. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

HELFAND, S.; REZENDE, G. C. Agricultura brasileira nos anos 90: o impacto das reformas de políticas. *In*: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. (orgs.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2001.

HOMEM de MELO, F. B. **A abertura comercial e o papel dos aumentos de produtividade na agricultura brasileira**. Mimeo (s.d.).

_____. A década dos anos 90 e o desempenho agropecuário brasileiro. **Informações Fipe**, n. 243, janeiro de 2001, p. 20-23.

IPEA. **Estimativas da renda da agricultura**, dezembro de 2002, Mimeo.

IPEADATA. www.ipea.gov.br.

LANE, H. **Methodology and principles of analysis**. The world Competitiveness Yearbook, 1999.

LIMA, R. A. S. Financiamento agrícola: estruturando uma solução. *In*: **Workshop Instrumentos Públicos e Privados de Financiamento e de Gerenciamento de Risco**. Piracicaba, 1999.

LOPES, M. R. (org.). **A Política de Preços Mínimos** – estudos técnicos 1949-1979: coletânia de artigos técnicos acerca de garantia de preços. Brasília: CPF, 1978 (Coleção Análise e Pesquisa/CPF 11).

MEYER, R. L. Performance of rural financial markets: comparative observations from Asia, Latin American and the U.S. **SOBER**, Passo Fundo, Brasil, v. 28, n. 3, julho de 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Balança comercial do agronegócio**, Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acessado em 2003.

MINISTÉRIO DA FAZENDA/SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (MF/STN). **Relatório de Atividades**, 1999, Mimeo.

SACHS, J.; LARRAIN, F. B. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTIAGO, M. M. D. Uma análise econométrica da dívida agrícola brasileira: o caso da poupança rural. **Agricultura em São Paulo**, v. 47, n. 2, 2000, p. 21-40.

SANTIAGO, M. M. D.; SILVA, V. A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes. **Agricultura em São Paulo**, v. 46, n. 2, p. 47-69, 1999.

SCHOUCHANA, F. CPR com liquidação financeira e abertura do mercado de opções para não residentes. **Preços Agrícolas**, v. 14, n. 161, março de 2000, p. 18.

SCHOUCHANA, F.; PEROBELLI, F. S. O financiamento da agricultura e o mercado futuro. **Resenha BM&F,** n. 142, 2001, p. 78-93.

SCHUH, G. E. The exchange rate and U.S. Agriculture. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 56, n. 1, 1974, p. 1-13.

SPOLADOR, H. F. S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. Piracicaba, 2001. Dissertação (M. S.). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

TALAMINI, E. **O crédito agrícola na região de produção**: informalidade versus formalidade. Mimeo (s.d.).

YARON, J. **Financiamento rural**: el papel del estado y la gestion de riesgo en precio y rendimiento. Conferencia Alide, Banco Mundial, Lima, Peru, julho de 2002.

YARON, J.; BENJAMÍN Jr., M. D.; PIPREK, G. **Financiamiento rural**: problemas, diseño y prácticas óptimas. Washington: World Bank, 1999.

VILLA VERDE, C. M. O Crédito rural e a capacidade de pagamento do setor agrícola. *In*: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. (orgs.) **Transformações da agricultura e política pública**. Ipea, Brasília, 2001.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2003

EDITORIAL

Coordenação
(vago)

Produção

Supervisão
Silvânia de Araujo Carvalho

Revisão
Marco Aurélio Dias Pires
Ana Flávia Magalhães Pinto
Fábio Marques Rezende (estagiário)
Luciana Soares Sargio
Renata Frassetto de Almeida

Editoração
Iranilde Rego
Aeromilson Mesquita
Elidiane Bezerra Borges
Roberto Astorino

Reprodução Gráfica
Antônio Lucena de Oliveira
Edilson Cedro Santos

Apoio Administrativo
Tânia Oliveira de Freitas
Wagner da Silva Oliveira

Divulgação

Supervisão
Dóris Magda Tavares Guerra

Equipe
Edinaldo dos Santos
Edineide Ramos
Geraldo Nogueira Luiz
José Carlos Tofetti
Marcos Cristóvão
Mauro Ferreira

Brasília
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
10º andar – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 315-5336
Fax: (61) 315-5314
Correio eletrônico: editbsb@Ipea.gov.br

Rio de Janeiro
Av. Presidente Antônio Carlos, 51,
14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3804-8118
Fax: (21) 2220-5533
Correio eletrônico: editrj@Ipea.gov.br

URL: http://www.Ipea.gov.br

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo